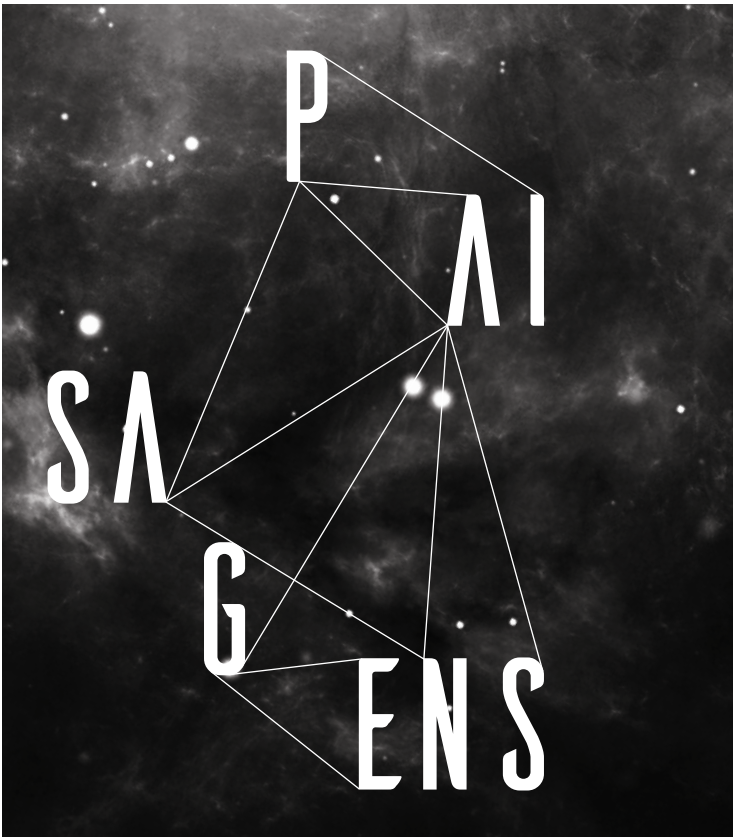


N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
P A I S A G E N S

*Habitar imaginários,  
reconhecer memórias,  
representar tessituras*



L U C I A N A  
S A B O I A

## INTRODUÇÃO

**A** staria a discussão da paisagem somente arraigada à noção de ecologia, tendo o “meio ambiente” como palavra-chave? Ou poderíamos ampliar essa apreensão para um plural possível? Em seu livro *A invenção da paisagem* (2007), Anne Cauquelin expõe a problemática na qual a paisagem parece estar sempre representada pela ideia de um existencialismo preexistente, que a transforma em um dado natural. Ela afirma que, na Grécia Antiga, a natureza era uma potência atuante, a metáfora de ordem antropomórfica, uma natureza ecônoma. Em suas palavras: “Com efeito, Aristóteles a apresenta [a natureza] como uma boa dona de casa. Uma ecônoma cuidando das reservas cuja guarda lhe foi dada, distribuindo-as com medida e bom senso”. (CAUQUELIN, 2007, p. 45)

Assim, a noção de natureza se entrelaça com a teoria dos jardins, de lugares de repouso e de recolhimento na cidade romana. Anne Cauquelin, ainda em *A invenção da paisagem*, descreve trechos de *Investigações* (História) de Heródoto. Horácio, o amigo dos campos, saúda Fustus, o amigo da cidade, sendo o campo o lugar isolado a partir da ruptura com a cidade. (CAUQUELIN, 2007, p. 62) Heródoto retrata o amante do campo – *ruris amatores* – que habita e cria seu próprio espaço longe da cidade, aquele capaz de oferecer tudo de que a cidade nos afasta: a calma, o frescor e o ócio criativo. Considera-se o rural (o campo) tudo aquilo que antagoniza com o urbano

(a cidade). Mas as “paisagens urbanas” contradizem a noção natural de paisagem? Para Cauquelin, não obstante os terrenos vagos, a poluição, a sujeira nos edifícios e todas as descontinuidades do tecido urbano, vê-se o espetáculo urbano como paisagem.

Há uma naturalização de paisagens naturais e paisagens culturais como um invólucro, um cenário passivo. O fenômeno da paisagem foi retratado pelas artes, desde os primórdios antigos na pintura, mas também em quase todas as artes plásticas e, mais recentemente, na fotografia e cinema. James Corner, na introdução de seu livro *The Landscape Imagination* (2014), descreve a noção de paisagem como música que molda nossos pensamentos e estimula nossa imaginação. Por outro lado, a paisagem como meio, como possibilidade de um “devir”, como espaço do agir e de representação da ação coletiva muitas vezes não é considerada.

Parte-se da premissa de que o reconhecimento da narrativa humana pode revelar mudanças e continuidades nas paisagens em conformação, sejam elas rurais ou urbanas. A construção de paisagens abre lacunas entre os fatos históricos da comunidade e as promessas e ficções da crítica “liberal”. (KAPLAN, 2003, p. 8) Se a memória retida em nossas paisagens é retrospectiva, a promessa será prospectiva contra o sentimento de desabrigo que modernidade revela. Nesses dois polos temporais, se faz presente a condição da paisagem: a memória ligada ao desejo de habitar e a promessa de algo “permanente” frente à ansiedade e ao sentimento de “desabrigo” que o mundo moderno nos impõe.

## NARRATIVIDADE E A FENOMENOLOGIA DO HOMEM CAPAZ

São com os mesmos valores e com os mesmos fins que as pessoas avaliam a importância de suas qualidades próprias para a vida do outro.

(RICOEUR, 2006, p. 216)

Através de uma teoria social crítica, Paul Ricoeur, em *O percurso do reconhecimento* (2006), traz à tona a problemática sobre a filosofia reflexiva: como dar continuidade à análise aristotélica da ação (a ação sensata na qual o autor se reconhece responsável) com a noção de desejo racional, de autonomia? Segundo Ricoeur (2006), a filosofia reflexiva foi inaugurada por Descartes e Locke, depois desenvolvida na dimensão prática pela segunda crítica kantiana e levada por Fichte ao seu maior poder transcendental. O problema é o déficit no exame feito por Kant do imperativo categórico: como se sabe, o critério de seu caráter categórico reside em sua universalidade e na capacidade de nossa ação passar pelo teste da universalidade. “Mas não se diz de onde provêm as máximas”, afirma Ricoeur (2006, p. 107), pois as categorias são dadas *a priori*. Nesse caso, a questão da autonomia somente estabelece coerência com a máxima categórica, sem um questionamento crítico da ipseidade. Se a síntese *a priori* é estabelecida como categoria universal, onde está a reflexão sobre a instância do agente responsável por suas ações?

Como explicar esse apagamento da ipseidade no tratamento da autonomia moral? Responderei a isso: em razão da ausência de uma tematização da ação enquanto campo prático colocado sob o império das normas. Encontro a confirmação desse déficit no exame feito por Kant do imperativo categórico: como se sabe, o critério de seu caráter categórico reside na sua universalidade, e esta na capacidade das máximas de nossa ação de passar pelo teste da universalidade. Mas não se diz de onde provêm as máximas. Porém, é aqui que a teoria da ação pode ser esperada. (RICOEUR, 2006, p. 106, grifo do autor)

Ricoeur propõe a reflexão de uma teoria da ação neoaristotélica e pós-kantiana sobre as capacidades, ou seja, procura esboçar o retrato do homem capaz. Admite, em uma abordagem hermenêutica, que a forma modal “eu posso” implica a ideia de ação de reconhecer a si mesmo. O reconhecimento reflexivo de si – “eu posso” na variedade de usos e ações, como “eu posso agir”, “eu posso falar” – significa “considerar verdadeiro”, no sentido de admitir, confessar, aprovar etc. Outro sentido de “eu posso” será o reconhecimento como atestação, um aspecto de valor. A segurança ligada ao reconhecimento

de “eu posso” passa a ser uma atestação, no sentido de eliminar qualquer suspeita. Ou seja, reconhecer, atestar, passa a ser presunção de capacidades que não podem ser questionadas até que se prove o contrário. “Acredito que posso agir” passa a atestar o reconhecimento de si como valor e verdade.

O homem – agente da ação – atesta que é capaz de agir, de cometer determinado ato, como também o leva ao estágio reflexivo ao abrir a polaridade entre a atestação e o reconhecimento de si mesmo. Pode-se, então, resumir que o reconhecimento da responsabilidade (ação aristotélica) implica um reconhecimento da consciência reflexiva de si mesmo (pensamento dos modernos). Esse caráter reflexivo de si mesmo é o que irá caracterizar a abordagem hermenêutica do si, constituída pela dialética entre identidade e alteridade.

O eu é o agente da ação, mas também pode ser o leitor de si mesmo quando se exercita em imaginar suas próprias expectativas em função das intrigas, das tramas narrativas, geradas pelas diversas interpretações de si mesmo ao longo do tempo. Dessa forma, ao narrar-se, o leitor se reconhece assumindo diversos papéis e estados emocionais nas suas configurações pessoais, como fascinação, rejeição, orgulho etc. Um ponto a ser ressaltado é a apropriação crítica das narrativas de si mesmo, como afirma Ricoeur (2006, p. 115) sobre identidade narrativa quando afirma que “aprender a narrar-se é também aprender a narrar a si mesmo de outro modo”.

Em uma fenomenologia do homem capaz, aquele que age é também o leitor das narrativas de si mesmo. Baseado na *Pour une esthétique de la réception*, de H. R. Jauss (1978), Ricoeur salienta a apropriação do leitor da configuração do enredo e seus personagens. Como já foi dito, pode-se sempre “narrar a si mesmo de outro modo”. Reconhecendo-se na trama, o leitor pode reconhecer a si mesmo apropriando-se criticamente da narrativa. Essa apropriação crítica da leitura, tanto da identidade narrativa como no reconhecimento de si mesmo nas diversas representações miméticas, é o que promove a construção identitária constante. Esse é um dos pontos cruciais do estado de refiguração presente na configuração de paisagens e territórios em transformação.

Nesse sentido, há uma dependência da narrativa no tempo, como fenômeno, tornando-a inseparável do passado e também projetando-a ao futuro. Para Durozoi e Roussel (1996, p. 269), a concepção kantiana do tempo é baseada em uma visão da experiência humana, que coloca na mente categorias universais de entendimento, distintamente da visão fenomenológica de Heidegger, que considera que a consciência do tempo é estabelecida como temporalidade. Segundo os autores, Heidegger afirma que o próprio sinal de nossa finitude é a maneira inevitável que fazemos em relação à morte, marcando também a consciência do tempo pelo ser humano no mundo (*dasein*). (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 269) Assim, “a consciência do tempo envolve uma espécie de jogo dialético ou tensão mútua entre o passado, o presente e o futuro, no qual todo período de tempo deve ser tratado não separadamente, *mas como algo diferente de si mesmo, em troca permanente*”. (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 462, grifo nosso) Compreende-se, então, que a função narrativa expressa na linguagem torna-se a própria configuração do tempo e do espaço.

## HABITAR O MUNDO, RECONHECER PAISAGENS

O habitar é feito de ritmos, paradas e movimentos, fixação e movimento. O lugar não é apenas uma reentrância onde permanecer, como Aristóteles o definiu (a superfície interior de um invólucro), mas também o intervalo a ser percorrido. A cidade é o primeiro invólucro dessa dialética do abrigo e do deslocamento.<sup>1</sup> (RICOEUR, 1998, p. 45)

Martin Heidegger, em *Construir, habitar, pensar*, faz um paralelo entre espaço e habitar através do vocábulo “Raum”, que em alemão significa “espaço”. *Raum* também significa um lugar disponível para ocupação e vivência. Espaço, então, não é um lugar fixo, e sim um lugar em potencial para o habitar. O espaço, pode-se dizer, é delimitação de uma área livre para a presença humana. Esse espaço articulado propicia e se articula através de um lugar, como uma ponte que integra as duas margens de um rio em determinados pontos. Heidegger conclui que “os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do’ espaço”.



Coisas, que desse modo são lugares, são coisas que propiciam a cada vez espaços. Uma antiga acepção pode nos dizer o que designa essa palavra ‘espaço’. Espaço (Raum, Rum) diz o lugar arrumado, liberado para um povoado, para um depósito. Espaço é algo espaçado, arrumado, liberado, num limite, em grego *πέρας*. O limite não é onde uma coisa termina mas, como os gregos reconheceram, de onde alguma coisa dá início à sua essência. Isso explica por que a palavra grega para dizer conceito é *ορισμός*, limite. Espaço é, essencialmente, o fruto de uma arrumação, de um espaçamento, o que foi deixado em seu limite. O espaçado é o que, a cada vez, se propicia e, com isso, se articula, ou seja, o que se reúne de forma integradora através de um lugar, ou seja, através de uma coisa do tipo da ponte. Por isso os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do’ espaço. (HEIDEGGER, [2016?])

Heidegger argumenta que somente através do habitar e sua relação com o lugar compreenderemos o nosso ser, a nossa essência. Entretanto, o construir nunca configura o espaço como uma única entidade. “O desenraizamento é o único apelo que convoca os mortais para um habitar”, afirma Heidegger ([2016]). O construir não é algo fixo, e sim o abrigo que dá forma ao habitar, que abriga a sua presença. Paul Ricoeur reinterpreta o devir heideggeriano presente na dialética entre o habitar e o construir no texto *Architecture et narrativité* (Arquitetura e narratividade), de 1998. Ricoeur (1998, p. 45) define lugar não necessariamente como um ponto estável, e sim como um intervalo a ser percorrido e reconhecido. Quando afirma que o habitar é feito de ritmos, de paradas, de movimentos, de atividades e usos sociais, argumenta que a ação de habitar espacializa e configura o espaço continuamente. O filósofo interpreta o habitar como uma ação configuradora como o ato de narrar, sendo assim o habitar configura o mundo moderno ao longo do tempo. A narrativa significa a ação responsável e consciente das práticas sociais no momento presente, o aqui e agora. Dessa forma, a ação de habitar presente nas práticas sociais configura os espaços, modernos ou não, continuamente na sua historicidade.

O ato de habitar – que é, em si, um gesto edificante – é uma mediação entre o tempo narrado e o espaço construído de acordo com Ricoeur

(1998). Assim como o ato de narrar, o habitar é um ato privilegiado, pois constrói memórias e promessas, histórias e ficções e traz à tona reflexão e ação na mesma luta, em um mesmo gesto configurador, em um momento preciso, *hic et nunc*. A fluidez da narrativa entre o habitar e o construir ao longo do tempo possui também o poder de reinterpretar fatos passados ou replanejar atos futuros. Especialmente quando o habitar plenamente não é possível e o desenraizamento, as faltas, os conflitos são latentes, fazendo com que o impacto da ação social no momento presente seja continuamente reconfigurado em uma luta contínua por reconhecimento social.

A noção de reconhecimento mútuo deixa de ser somente uma ação recíproca e passa a ter uma correlação com o sentido de justiça e de luta por afeto, direito e estima social. Em outras palavras, quanto mais se luta por direitos, mais se busca reconhecimento. O “ser reconhecido” deixa de ser um princípio de mutualidade para ser um objetivo a ser alcançado. Para Ricoeur (2006, p. 233), a exigência por reconhecimento passa ser uma questão de direito, de cidadania.

Além disso, quando alguém diz “fui reconhecido”, há outra pessoa envolvida. Portanto, uma relação mútua de reconhecimento surge quando alguém é reconhecido por um outro ou pela alteridade do eu. Tal ato implica ainda que esse “outro” seja identificado. O reconhecimento mútuo implica a capacidade de narrar o seu próprio espaço: o homem constrói-se e constrói o mundo a sua volta através do reconhecimento do habitar presente nas paisagens de conflitos e de vida. A profunda ambiguidade da experiência da modernidade implica a condição de representação e reconfiguração que discutiremos a seguir.

#### HERMENÊUTICA E REPRESENTAÇÃO: TESSITURAS *EX SITU* E *IN SITU*

Uma hermenêutica de uma arquitetura da paisagem é, portanto, algo que se baseia na experiência situada, colocada tanto no espaço e no tempo quanto na tradição, e é igualmente

sobre ressurgimento ou renovação como é sobre invenção.<sup>2</sup>  
(CORNER, 2014, p. 100, tradução nossa)

Paul Ricoeur inicia o texto *Architecture et narrativité* (1998) relacionando narratividade e memória. A memória do tempo vivido torna-se presente, e, segundo Aristóteles em *De la memoire et de la reminiscence*, memória é presença da ausência e do ausente. A ausência como possibilidade traduzida pelo irreal, pelo imaginário, e, por outro lado, a memória como presença do ausente significam a memória do que já foi, do antigo, do anterior, do passado. Portanto, ao narrar, abre-se a polaridade entre a ausência e o ausente. No ato de narrar, em um único momento, tanto resgatam-se as memórias do passado como abrem-se possibilidades do imaginário, da ficção, do futuro.

Nesse texto sobre arquitetura e narratividade, Ricoeur (1998) retoma a ressonância heideggeriana entre o habitar e o construir à ação mimética da arquitetura. Para Martin Heidegger, o habitar o mundo é indissociável do construir. Entretanto, Heidegger considera que habitar plenamente no mundo moderno de grande mutabilidade e contradição pode tornar o habitar plenamente inexistente. Ricoeur, ao invés de considerar o habitar-construir como uma idealização ou dilema existencial, transfere essa ressonância entre o habitar e o construir para o plano da ação no mundo. Essa ação comunicativa configura três momentos: a prefiguração, em que há a reflexão do habitar para possibilitar o construir; a configuração, quando o construir sobressai-se ao habitar e o *habitat* é materializado; e, finalmente, a reconfiguração, quando o habitar novamente vem à tona pela apropriação do habitante do construir.

Retoma-se a hermenêutica de si, o narrar do aqui e agora de nossas vidas, como representação e síntese reflexiva do homem que age. Pode-se afirmar que narratividade é a reflexão do homem falante sobre a reflexão do homem que age. Em uma semiótica da narrativa, Ricoeur aponta a profunda relação com o conceito de mimesis no esquema da *Poética*, de Aristóteles. Mimesis é a “representação” da ação responsável, a unidade de sentido de uma ação configuradora, a *mise-en-intrigue* da trama narrativa. A identidade narrativa configura, portanto, a representação da *mimèsis praxeos* sobre as experiências

vividas, suas impressões e sentimentos.

Esta expressão de “outro modo” implica outra problemática da narrativa, a sua dimensão temporal. A noção de tempo na narrativa, segundo Augustin em *Confessions*, é o ponto de ruptura e de descolamento entre o tempo cronológico e o tempo psíquico; em outras palavras, o tempo narrado é a mistura do tempo vivido e o tempo dos relógios e calendários. A narrativa torna presente a memória (o presente do passado); a promessa (o presente do futuro); e a atenção (o presente do presente). Entretanto, no instante em que se narra, há somente um único presente, isto é, o aqui e o agora.

Considera-se, então, a trama narrativa como uma *concordante discordante* (representação da ação Aristotélica – mimesis) e simultaneamente uma “discordante concordante” (a noção de tempo segundo Augustin). Dessa forma, se o narrar “coloca em intriga” a representação criativa em ação, Ricoeur (1990, p. 32) afirma que a mimesis narrativa é uma configuração tripartite já citada. A mimesis possui três momentos: a mimesis I, da prefiguração; a mimesis II, que consiste na configuração; e, finalmente, a mimesis III, que representa o estado de refiguração.

Ricoeur (1998) ressalta essa mimese entre construir e habitar nesses três momentos na configuração arquitetônica. O primeiro momento, chamado de prefiguração, configura a pré-compreensão da vida cotidiana interpretada pelo autor da narrativa; é a compreensão de experiências e modos de vida antes do discurso narrativo. Há uma reflexão sobre o habitar para configurar o construir. O segundo momento é o da configuração da narrativa propriamente dita, a estruturação do discurso e da trama narrativa. Nesse momento, o construir torna-se preponderante sobre o habitar, e a paisagem, seus artefatos e vestígios configuram sua materialidade. Por fim, a refiguração é o momento da recepção da narrativa. O leitor passa a ter um papel primordial na compreensão da narrativa segundo seus valores e experiências de vida. O espaço configurado é ocupado e reconhecido socialmente, e mais uma vez o habitar sobressai-se ao construir. Sem a leitura e releitura da narrativa, sua configuração da trama não pode ser completada.

A hermenêutica de si configura a trama vivida por cada um de nós ao longo de nossas vidas. Narrar a si mesmo configura a *mise-en-intrigue*, a trama de um conjunto heterogêneo de intenções, de atos, de causas e de acasos. Essa trama ou tessitura exige uma unidade de sentido, de concordância e, ao mesmo tempo, admite discordâncias, pois o eu torna-se personagem de sua trama pessoal e também coletiva que habita e constrói nossas paisagens. Ricoeur (2006, p. 115) afirma que o “personagem, pode-se dizer, é ele próprio colocado em intriga” ao habitar e construir seu próprio espaço.

As paisagens e as cidades tradicionalmente formaram as configurações para essas situações, enquadrando e simbolizando situações humanas como nascimento, morte, amor e cura – ou mesmo encontros cotidianos e relações humanas. Amizade, aprendizado e discussão são o que consagra a cultura desde a sua concepção repleta de significados esquecidos e latentes. Eventos altamente situados são assim incorporados e apresentados como o melhor quadro de referência para qualquer significado futuro – é o que explica James Corner em seu texto *Three Tyrannies of Contemporary Theory* (1991), sobre paisagem e hermenêutica. Para Corner, inevitavelmente, existe uma correspondência entre o cenário e a situação, um diálogo que não só diz respeito ao momento, mas também se relaciona a uma conversa contínua entre o passado e o futuro.

A hermenêutica da paisagem é, portanto, algo que se baseia na experiência situada, colocada tanto no espaço e no tempo quanto na memória, e tem tanto a ver com ressurgimento de memórias quanto com ideias fora de lugar que renovam significados da natureza presente e abrem espaço para a invenção. (CORNER, 2014, p. 100)

A paisagem em si mesma é um texto aberto à interpretação e transformação. É também um fenômeno altamente situado: em termos de espaço, tempo e tradição, e existe ambiguamente como fundamento e geografia de nossa herança e mudança. A paisagem distingue-se da natureza e do selvagem, pois é a terra que foi modificada pelos seres humanos. Entretanto, é mais do que isso. A paisagem não é apenas um fenômeno físico, mas se trata também de um artefato cultural, um filtro

conceitual através do qual nossas relações com o primitivo e a natureza podem ser entendidas.<sup>3</sup> (CORNER, 2014, p. 101, tradução nossa)

A reconfiguração pelo habitante, por sua leitura e reconhecimento de vestígios ou lugares implica uma apropriação cognitiva dessa experiência. A representação da paisagem como um fenômeno não é permanente no tempo. Pelo contrário, também depende de percepções intuitivas. A representação de objetos, lugares ou qualquer outro elemento material não é uma categoria *a priori* e está enraizada em sua universalidade.

Numa visão hermenêutica, a representação da paisagem é uma noção mimética fluida constantemente reconfigurada no tempo pelo ato de reconhecimento. A forma ativa do verbo “reconheço” assegura o fato e a percepção dele: reconheço algo, alguém e algum lugar em um determinado momento. Ricoeur reposiciona a ressonância heideggeriana entre o habitar e o construir à ação mimética da arquitetura, da cidade e suas paisagens. O habitar o mundo é indissociável do construir. Para Ricoeur, a função narrativa como um ato configurativo assume um papel dominante, uma vez que estrutura a compreensão dialética entre o habitar e o construir de um enredo edificante, de uma trama composta por tessituras do prefigurar, do configurar e do reconfigurar. Distante de um processo linear, contínuo e previsível, a mimesis tripartite proposta por Ricoeur reposiciona narrador e leitor como os sujeitos nessa trama que assumem a responsabilidade de novas configurações. Revela-se, então, uma trama interpretativa a novas experiências e ressignificações de memórias, conflitos, lugares e paisagens.

Esse paralelo entre a narratividade de Ricoeur e a hermenêutica da paisagem de James Corner discute um ponto-chave para entender a ação configuradora de “estar no mundo” sem perder de vista as ambiguidades e contradições presentes na experiência da modernidade. Ao se ver na trama, o leitor pode realmente se reconhecer, se apropriando criticamente da paisagem. Essa apropriação consciente, a leitura de territórios e espaços de vida, é o que promove a constante construção e luta por reconhecimento. Narrar paisagens remete à relação entre um e o outro, a interpretação de si e a recepção do outro

em um mundo dialético de encorajamento e fragilidade, certeza e incerteza, estabilidade e insegurança.

Tessitura, palavra de origem latina (*tessere*), significa aquilo é tecido, a trama, e remete-nos ao ato de fabricar um tecido, ligando as partes de um todo, assim como a trama da configuração da urbe, de seus espaços coletivos, seus tecidos e suas paisagens. Sobre o (re)configurar das tessituras que compõe paisagens, James Corner explicita o caráter *in situ* e *ex situ* de suas camadas, enredos e composições.

Configurar uma paisagem como um locus hermenêutico de predição e recomposição, profecia e memória, é ajudar a descobrir e orientar a consciência coletiva de uma cultura moderna inevitavelmente presa na sua transitoriedade.<sup>4</sup> (CORNER, 2014, p. 104)

## NOTAS

- 1 “Habiter est fait des rytmes, d’arrêts et de mouvements, de fixation et de déplacements. Le lieu n’est pás seulement Le creux ou se fixer, comme Le definissait Aristote (La surface intérieure de l’enveloppe), mais aussi l’intervale à parcourir. La ville est La première enveloppe de cette dialectique de l’abri et du déplacement”.
- 2 “A hermeneutical landscape architecture is therefore something that is based on situated experience, placed both within space and time as well as in tradition, and is as equally about resurgence or renewal as it is about invention”.
- 3 “The landscape is itself a text that is open to interpretation and transformation. It is also a highly situated phenomenon in terms of space, time, and tradition, and exists as both the ground and geography of our heritage and change. Landscape is distinguished from wilderness in that it is land that has been modified by humans. But is more than this. Landscape is not only a physical phenomenon, but it is also a cultural schema, a conceptual filtre through which our relationships to wilderness and nature can be understood”.
- 4 “To forge a landscape as a hermeneutic locus of both divination and restoration, prophecy and memory, is to help figure and oriente the collective consciousness of a modern culture inevitably caught in transition”.

## REFERÊNCIAS

CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007.

CORNER, James; HIRSCH, Alison Bick(ed.). *The landscape imagination: collected essays of James Corner, 1990-2010*. New York: Princeton Architectural Press, 2014

CORNER, James. A discourse on theory II: Three tyrannies of contemporary theory and the alternative of hermeneutics. *Landscape Journal*, Madison, v. 10, n. 2, p. 115-133, 1991.

DUROZOI, Gérald; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papirus, 1996.

HEIDEGGER, Martin. Building dwelling thinking. In: HEIDEGGER, Martin. *Poetry, Language, Thought*. Tradução Albert Hofstadter. New York: Harper & Row, 1971. v. 154.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. [2016]. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger\\_construir\\_habitar\\_pensar.pdf](http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

KAPLAN, David M. *Ricœur's Critical Theory*. Albany State University of New York Press, 2003.

RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, [Paris], v. 303, p. 44-51, 1998.

RICOEUR, Paul. Mimêsis, référence et refiguration dans Temps et récit. *Études Phénoménologiques*, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 29-40, 1990.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990